

ADMINISTRAÇÃO

RACISMO ESTRUTURAL

Prefeitura tem apenas três negros nomeados no 1º escalão

Levantamento indica que menos de 5% dos 63 secretários, adjuntos, diretores e presidentes de fundações são pretos ou pardos

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Preto tem, entre seus 63 integrantes do primeiro escalão, apenas três pretos ou pardos. Os dados constam de um levantamento de organizações ligadas ao movimento negro, foram confirmados pelo Jornal Ribeirão e incluem secretários, secretários-adjuntos, presidentes e diretores de autarquias, fundações e empresas públicas, sendo que, entre os secretários, há apenas um representante.

Os dados escancaram a falta de representatividade racial no comando da Prefeitura de Ribeirão Preto. Os negros e pardos no primeiro escalão correspondem a 4,7% dos indicados pelo prefeito Ricardo Silva (PSD).

Em uma cidade em que quase 36% da população se autodeclara preta ou parda, segundo dados do IBGE de 2022, os últimos disponíveis, o número demonstra o abismo racial que persiste dentro do poder público, indicando que o número de negros nas posições de poder é pelo menos sete vezes inferior à representatividade das raças na população da cidade.

OS NEGROS

Os negros do primeiro escalão são Valdir Martins, secretário da Educação; Gis Oliveira, ex-secretária-adjunta da Cultura recentemente nomeada como vice-presidente da



Débora Oliver, advogada especialista em Direitos Humanos e militante no movimento negro

“O LETRAMENTO RACIAL É O PASSO ESSENCIAL PARA ROMPER ESSE CICLO: RECONHECER PRIVILÉGIOS, REDISTRIBUIR OPORTUNIDADES E CONSTRUIR UMA SOCIEDADE ONDE A LIDERANÇA REFLITA, DE FATO, A DIVERSIDADE DO POVO BRASILEIRO”.

Débora Oliver, advogada

Fundação Pedro II e Washington de Paula, atual adjunto na Cultura.

ANÁLISE

De acordo com advogada Débora Oliver, especialista em Direitos Humanos e uma das realizadoras do levantamento, a situação demonstra um problema estrutural em Ribeirão que não vem sendo enfrentado pelas autoridades.

“A branquitude não pode ser a ferramenta basilar de escolha de liderança. Os números e as histórias que se repetem mostram um padrão: o racismo estrutural ainda define quem chega ao topo e quem é mantido à margem. Não é sobre ausência de talentos — é sobre a persistência de um sistema que escolhe quem pode liderar e quem deve permanecer invisível”, avalia.

PROCURADA, PREFEITURA PROMETE COMENTAR

A Prefeitura de Ribeirão Preto foi procurada para comentar e questionada se considera representativo o quadro de nomeações do primeiro escalão e se existem dados sobre a composição racial dos cargos e políticas para garantir diversidade nas indicações.

A secretária de Comunicação, Luciana Oliveira, informou que não foi possível responder às perguntas até o fechamento da edição, mas que as respostas seriam enviadas na quinta-feira. O JR fará o complemento da matéria na versão online.

Secretário não soube responder sobre letramento racial, diz advogada

A advogada Débora Oliver ressaltou que o que ela define como “pacto da branquitude” não é um acordo explícito, mas um mecanismo silencioso que determina o que é considerado competência, legitimidade e poder.

“Em uma reunião com o Secretário da Assistência Social, Júlio Baleiro, questionei diretamente: ‘Quem é a sua população? Alguém da sua equipe tem letramento racial?’ — e ele não soube responder. E isso diz muito. Um homem branco comandando uma pasta cuja população é majoritariamente negra e periférica, sem letramento racial, cercado por uma equipe visivelmente despreparada para compreender as urgências reais do território”, avaliou.

Segundo ela, enquanto esse pacto seguir orientando decisões e ocupando espaços de definição, a exclusão continuará sendo tratada como normalidade.

“O letramento racial é o passo essencial para romper esse ciclo: reconhecer privilégios, redistribuir oportunidades e construir uma sociedade onde a liderança reflita, de fato, a diversidade do povo brasileiro”.

PERMUTA ENVIADA À CÂMARA

Projeto indica centro administrativo no Marista

A Prefeitura de Ribeirão Preto protocolou, nesta quarta-feira (15), na Câmara, o projeto de lei que autoriza a permuta de um imóvel público com a sede do colégio Marista, na região central da cidade. A intenção é instalar no local a nova sede administrativa.

O imóvel a ser permutado pela administração fica na região da Avenida Braz Olaia Acosta, zona Sul da cidade, enquanto a sede do Marista fica na Rua Bernardino de Campos, 550. O espaço, que deverá ser ocupa-

do a partir de julho de 2027 e tem estrutura, segundo a prefeitura, para abrigar todas as secretarias.

Com a aprovação do projeto de permuta, o município receberá um imóvel avaliado em R\$ 57,2 milhões e transferirá outro avaliado em R\$ 39,6 milhões. A proposta estabelece que o particular abra mão integralmente da diferença de valores, além de assumir todas as despesas cartoriais, regularizações e custos técnicos.

Já o Marista será obrigado a construir e operar uma

unidade educacional privada no imóvel público recebido.

SEM CENTRO

Outro projeto protocolado revoga a doação anterior de mais de 100 mil m² da Gleba Morro da Vitória — onde seria construído o centro administrativo da antiga gestão — e destina 5 mil m² desse mesmo terreno para a implantação do Centro TEA — Deficiência Intelectual, para atendimento a autistas e demais transtornos do neurodesenvolvimento.



Sede do Colégio Marista, na rua Bernardino de Campos, em Ribeirão